Tribunal da Relação de Lisboa
Processo nº 0076984

Relator: BELO VIDEIRA

Sessão: 13 Janeiro 1993

Número: RL19930113076984

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO.

Decisão: CONFIRMADA A SENTENÇA.

ACÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE DESPEDIMENTO

ACIDENTE DE TRABALHO

ORDEM ILEGÍTIMA

RECUSA DE CUMPRIMENTO

INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA PARA O TRABALHO HABIT

DESPEDIMENTO NULO

IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE

Sumário

I - Não se verifica a impossibilidade superveniente da lide em acção de impugnação de despedimento se o trabalhador A., vítima de acidente de trabalho a quem foi atribuída incapacidade permanente absoluta para o exercício da profissão por sentença de 90/12/18, com efeitos retroactivos a 89/12/11, já tinha sido despedido em 90/1/12, e portanto adquirido os direitos emergentes de um despedimento porventura nulo.

II - Só a desobediência ilegítima pode justificar a ruptura imediata das relações de trabalho.

III - Se o trabalhador ficar fisicamente incapaz de continuar a exercer a sua profissão de motorista de pesados em consequência do acidente de trabalho, é legítima a sua recusa em obedecer à ordem da entidade patronal para voltar a conduzir carros pesados.

IV - O despedimento de culpado com base nessa recusa é ilícito por manifesta ausência de justa causa.